
HELSINQUE – Nomes e Códigos de Países como SLDs (Domínios de Segundo Nível)

Segunda-feira, 27 de junho de 2016 – 10:45 às 11:30 EEST

ICANN56 | Helsinque, Finlândia

OLOF NORDLING: Bom, já está tocando o relógio.

THOMAS SCHNEIDER: Sabemos que a pausa para o café é breve, mas vamos continuar a qualquer momento. Peço por favor a todos que voltem aos seus lugares.

OLOF NORDLING: Senhoras e senhores, por favor voltem aos seus lugares porque vamos iniciar a sessão daqui uns segundos.

THOMAS SCHNEIDER: Colegas, por favor vamos começar a qualquer momento. De fato, já mesmo. Por favor ocupem seus lugares. Bem, muito obrigado por ocuparem seus lugares. Temos um tema no programa, na agenda, que não é novo. Já estivemos falando, debatendo faz um tempo e Gema da Espanha é uma das pessoas que concentrou seu tempo e energia, e por isso que ela vai ter a palavra para falar sobre esse assunto.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Vai falar sobre esse assunto, sobre os códigos de países e nomes como domínio de segundo nível. É a Sessão Número 3, os números das sessões são iguais aos documentos que vocês receberam e é por isso que vão achar aí a relação com o documento número três.

GEMA CAMPILLOS:

Obrigado, senhor presidente. Temos uma breve apresentação. A apresentação estava para 45 minutos, mas agora temos menos minutos, então devemos fazer o maior esforço para aproveitar ao máximo o tempo disponível.

Vamos debater ou discutir dois temas na sessão. Um tem a ver com os códigos de país como domínio de segundo nível. E o segundo tema são os nomes de países como domínios de segundo nível. Quero pedir que avancem na apresentação.

A primeira coisa que quero fazer nesse primeiro slide é que vocês vejam a diferença nos temas que tratamos nessa sessão e o tema dos códigos de países como domínios de primeiro nível. Esse é um tema que vamos tratar amanhã.

Vamos começar agora a tratar o tema dos códigos de dois caracteres como domínios de segundo nível. Vocês podem ver à direita no slide falamos dos códigos de países, o CC ponto novo gTLD. Ou seja, os gTLDs novos que são códigos de países, esse

será o tema do qual trataremos amanhã. Então, vamos falar dos códigos de três letras, mas isso vai ser amanhã.

E se entramos para a questão de fundo dos códigos de dois caracteres como domínios de segundo nível a política a ser implementada atualmente surge do acordo de registro para os novos gTLDs que estabelecem uma reserva para os nomes de duas letras como domínios de segundo nível. Essa reserva pode ser levantada caso o registro chegue a um acordo com os governos ou caso seja seguido um procedimento para que sua relação seja aprovada pela ICANN.

O acordo dos registros estabelece uma condição para que a ICANN possa liberar esse domínio e assim vai se evitar a confusão com os códigos de país que estão tomados.

Então, a ICANN decidiu estabelecer um procedimento para liberar os códigos de país como domínios de segundo nível e esse procedimento consiste em solicitar aos governos ou outra entidade que apresentem comentários com as preocupações que esses códigos de dois caracteres poderiam suscitar como domínios de segundo nível.

Então, depois a ICANN vai estabelecer um formulário na web para que se apresentem comentários. Governos têm 60 dias desde a publicação dessa solicitação para que apresentem comentários.

No momento a ICANN disse que só os nomes relacionados com a confusão dos códigos de dois caracteres dos nomes de países iriam ser considerados. Isso segue a especificação cinco do acordo de registro que, como eu já disse, condicionava a aprovação por parte da ICANN com essa liberação e aprovação de medidas para evitar a confusão.

Depois a ICANN solicita aos registros que proponham planos de mitigação para evitar essa confusão entre os domínios de segundo nível que consistem em códigos de dois caracteres.

Esses planos de mitigação já foram apresentados. O prazo acabou em abril.

A ICANN está a analisar esses planos de mitigação conforme os comentários formulados pelos governos. Nessa altura nos encontramos nessa instância. Por isso que está aqui de cor azul no slide, porque a ICANN ainda não publicou os critérios que serão utilizados para avaliação dos planos de mitigação e as preocupações apresentadas pelos governos.

Agora temos a oportunidade de incorporar e avaliar nesse processo de reflexão da ICANN, dos critérios, as nossas contribuições e tentar ter um impacto nos critérios que a ICANN possa implementar.

Próximo slide. Vamos ver agora os diferentes planos de mitigação que apresentaram os registros porque estão

publicados. Os TLDs que são de marcas, ou seja, que correspondem às marcas comerciais têm que cumprir com critérios muito rigorosos para seu registro. Isso significa que os TLDs têm que promover a imagem da companhia, não há necessidade adotar nenhuma outra medida de mitigação porque o uso que vai se dar ao TDL em si próprio vai evitar a confusão.

E há outros registros que não se correspondem com TLDs de marcas, mas se comprometeram em adotar políticas restritas para o registro e devido à rigorosidade que têm esses registros não há necessidade de tomar nenhuma outra medida de mitigação.

Esse é o caso dos nomes geográficos porque apenas vão se aceitar registros para pessoas ou empresas que tenham vínculo com a cidade, com a região, ou alguns TLDs de Categoria 1 porque disseram que apenas serão aceitos os registros que demonstraram a relação com essa cadeia de caracteres.

Se vocês observarem esse gráfico poderão ver que os TLDs de marca correspondem aos 30% dos solicitantes e aqueles que têm políticas restritivas de registro representam 4%.

A maior parte desse gráfico corresponde a registros abertos que prometeram pesquisar aquelas queixas ou denúncias a respeito da confusão no uso desses códigos de dois caracteres que poderiam causar com os códigos de país e que se

comprometeram a tratar essas preocupações formuladas e tomar as medidas que como último recurso poderiam ser a suspensão ou o cancelamento desse nome de domínio. Isso representa 55%.

Alguns TLDs, inclusive registros abertos, ofereceram a possibilidade concretizar programas de distribuição de forma gradativa onde vai se dar prioridade aos ccTLDs para registrar esse código de país que foi objetado.

Dizem que essas medidas foram utilizadas no passado com alguns TLDs herdados e também com alguns novos gTLDs prévios a 2012 do ponto de vista por exemplo de info, Bates, travel e outros. Eles representam 7% desse gráfico e esses 7% oferecem essa medida.

Depois alguns registros indicam que poderiam banir o registro por parte de terceiros para evitar a confusão entre ccTLD e o código de dois caracteres.

Por exemplo, .ES que é o código de país para a Espanha, e em .ES.XYZ que é um dos novos gTLDs. Se .ES.XYZ é aceite o registro por parte de terceiros usuários poderiam ter uma interpretação incorreta ao pensarem que isso tem a ver com o nível de domínio top ES.

Temos que destacar que alguns registros propuseram diversas medidas. Uma distribuição gradativa combinada com a pesquisa

dos relatórios sobre abuso. Proibir a revenda de mãos dadas com a pesquisa. E talvez esse seja o motivo pelo qual não se reflita aqui nesse gráfico. Próximo slide.

Por que o GAC teria que aproveitar a oportunidade para dar assessoria em cada fase? Precisamente porque a ICANN não revelou os critérios que vão utilizar para examinar esses planos de mitigação. Acho que temos a oportunidade de ter uma influência no processos de tomada de decisões.

Faz uns dias eu fiz um rascunho do que poderemos assessorar nesse sentido e o objetivo da redação que eu incorporei no rascunho é garantir que tenhamos a característica dos códigos de duas letras, como código de país no DNS, e evitar a confusão, o que é o fundamento pelo qual temos o acordo do registro.

Vou fazer uma avaliação das medidas que foram apresentadas pelos registros para alimentar a discussão adiante. As medidas propostas pela maior parte dos registros correspondem a pesquisar os relatórios de abusos e que sejam tratadas essas preocupações.

Eu coloquei aqui a palavra equivalente a gostar, no sentido de se vocês gostam dessa medida. Mas, talvez isso seja o mínimo que se possa fazer. Mas, podem aparecer dúvidas com relação ao que poderia acontecer para determinar se um registro pode decidir se há confusão ou não, quais os critérios padrões para

determinar o que causa e o que não causa confusão. Não vão haver medidas uniformes entre todos os registros.

Talvez um critério padrão utilizado no passado para .IRO era obrigar os registrantes a declarar com clareza nos websites que não têm nenhuma relação com as autoridades constitucionais de um país caso isso seja assim.

Outra questão a considerar corresponde aos TLDs Categoria 1. Vocês pensam que essas medidas deveriam ser tomadas por aqueles registros que têm TLDs de Categoria 1? Categoria 1 corresponde às cadeias de caracteres vinculadas a setores altamente regulados nos quais há requisitos para entrar no mercado muito rigorosos, como no caso do setor financeiro, da saúde, etc.

A segunda medida tem a ver com os TLDs de marcas. Acho que essa é uma boa medida. Não acho que haja o risco de confusão aqui com os TLDs de marcas. Por exemplo o Google. Vamos imaginar que o Google tem um site para a Espanha, que é o google.es. E o que eles poderiam fazer se a ICANN permitir que eles usem o .ES seria dizer .es.google. Então, todos vão saber que esse Google é para o site espanhol do Google. E isso eu acho que não vai causar confusão entre os usuários.

A medida seguinte tem a ver com os registros que têm políticas restritivas como por exemplo o setor financeiro que adotou

compromissos de interesse público e tem requisitos como a verificação de credenciais. Também ser uma entidade que trabalhe nesse setor e que isso vai ser verificado antes do registro. E o nome então deve coincidir com o nome da companhia. Então, poderia ser a companhia.es ou ES. E o risco de confusão aqui diminui. Essa seria uma medida possível também.

Mas, nem todos os registros com políticas restritivas de registro verificam os requisitos antes do registro. Eles fazem isso depois dele. Mas, isso pode ser efetivo também se eles finalmente adotarem medidas para erradicar essa confusão, para cancelar o nome ou o suspendê-lo.

Eu adicionei aqui outros critérios que não foram mencionados pelos registros com nomes sensíveis como .army, .navy, .airforce, que têm um vínculo muito claro com funções governamentais muito estritas. E talvez o impacto visual desse código de país e desses nomes engatilhem uma associação com o país imediatamente.

E outra medida que eu proponho é começar esses registros que propuseram reservar nomes de duas letras que esses registros aceitem os registros baseados nos planos para uso futuro desses nomes ou que tenham se comprometido a verificar a relação com o governo. São medidas muito exigentes e deveriam ser

permitidas. Mesmo se a ICANN adotar uma medida padrão que não seja tão exigentes como essas. Próximo slide, por favor.

Aqui nesse slide vemos uma das medidas que eu mencionei que foi proposta pelos registros que é conduzir períodos gradativos de alocação. Eu gosto dessa medida e não seria necessário, claro, para os TLDs de marca porque acho que aqui não haveria nenhuma confusão possível.

Talvez os TLDs com políticas restritivas também não vão precisar disso porque essas políticas de registros já estão limitando essas confusões. Mas, eu gostaria de adicionar alguns dos requisitos para esses períodos gradativos.

Os ccTLDs, conforme a declaração, poderia ter atribuição de registrar nomes em primeiro lugar. Mas, o que acontece se um governo não tem uma boa relação com esse ccTLD ou se tem uma boa relação, mas o ccTLD não está interessado em registrar 100 nomes? Há países que objetaram por exemplo 600 nomes. Então, talvez isso não seja uma questão que tenha a ver com o ccTLD.

Então, é por isso que eu acho que os governos deveriam ter autorização para participar desse período gradativo de alocação. E, claro, os membros do GAC deveriam ajudar os registros a identificar a autoridade certa dentro de um país para registrar um nome.

Acho que essa é uma medida correta porque os países poderiam utilizar esses nomes para objetivos que têm a ver com o país em questão para evitar confusão. Então, talvez possa decidir não utilizar esse nome uma vez que o registro tenha escolhido, então tiraria esse nome do mercado, seria muito eficaz também para evitar confusão.

E se essa medida for adotada os governos e os ccTLDs não deverão pagar preços proibitivos por esses nomes. E o que eu proponho aqui é que depois do período para os governos e os ccTLDs decidirem, os donos de marcas registradas tenham a oportunidade de registrar os nomes. Imagine que existe uma marca registrada chamada ES. Se eles registrarem o nome eu acredito que eles vão usar o nome para promover a imagem da empresa. Então, o uso desse nome não causaria nenhuma confusão para os usuários espanhóis ou qualquer um sobre o relacionamento com o país.

Mas, eu tenho duas perguntas que têm a ver com esses períodos gradativos de alocação para se tornarem boas medidas para os domínios globais. E talvez depois da apresentação possamos falar sobre isso.

Alguém me disse que há regras que obrigam os registrantes que registram nomes durante esses períodos gradativos a utilizarem de maneira efetiva esses nomes posteriormente. Isso poderia significar que eles não poderiam simplesmente decidirem não

utilizar o nome. Se esse for o caso é importante para os membros do GAC saberem disso e tomarem uma decisão.

Outra questão é se os registros pedem por uma taxa de renovação para esse tipo de nomes premium, premium porque eles têm alto valor no mercado, você pode vê-los nas plataformas de venda de nomes de domínio. Se eles cobrarem taxas de renovação que estão acima do preço ordinário para um domínio qualquer porque, ok, um governo pode registrar um nome por US\$ 8 durante períodos gradativos de alocação, por exemplo. Mas, se no ano seguinte ele tiver que pagar US\$ 20 mil, talvez você tenha que pensar duas vezes. E nós todos precisamos saber esses dados antes de seguirmos em frente.

A última medida que foi proposta também por algumas partes é proibir registros de terceirizados para o domínio de segundo nível justamente por esse motivo que mencionei antes. Agora muito brevemente vamos passar à questão de nomes de países como domínios de segundo nível.

Vejam o exemplo. A situação aqui é que o acordo de registro reserva esses nomes, então eles não podem ser usados a não ser que o operador de registro chegue a um acordo com o país em questão, com o governo em questão, ou com a ICANN.

A ICANN deveria, nesse caso, criar um procedimento sujeito à revisão pelo GAC. Isso é o que a Especificação 5 menciona.

Por enquanto somente 12 solicitações foram feitas pelos registros. É pouco, mas a ICANN ainda não garantiu nenhum deles ainda. Por quê? Porque ainda não elaborou um processo para a liberação de nomes de países.

Mas, o GAC em 2015 pensou que a ICANN iria imediatamente implementar esse processo, e nós pensamos que a ICANN poderia seguir o mesmo procedimento adotado para nomes com dois caracteres. Isto é, notificação de solicitação de governos, governos têm a oportunidade de comentarem, e assim segue.

Então, nós decidimos criar um banco de dados pelo qual os países poderiam mencionar se aceitariam ou não aceitariam essas solicitações ou não. Então, acabamos criando um banco de dados em que os países simplesmente declaravam se queriam ser notificados ou não sobre essas solicitações. E aconteceu que aproximadamente 80 países se manifestaram que queriam serem notificados, enquanto nove apenas nove países disseram que não queriam serem notificados.

Agora o que eu proponho é ir além da ICANN, avançar além dela no sentido de tentarmos sermos proativos, tentarmos orientá-los, dar a eles algumas ideias sobre como poderiam desenvolver esse processo. Por quê? Porque nós não estamos inteiramente satisfeitos com esse processo para autorizar os nomes de dois caracteres. Então, aqui temos uma oportunidade para melhorarmos a maneira de fazermos isso, porque acho que os

nomes de país são muito mais sensíveis do que esses nomes com dois caracteres. Então, nós temos que ser mais cuidadosos nesse caso.

Então, o que dissemos no passado sobre nomes de países é somente para denotar a importância da sensibilidade dos países anexados a esses nomes de países. A necessidade de um consentimento concreto. Se um país, por exemplo, não preencher o banco de dados a ICANN não deve considerar que esse país autoriza a liberação do código de país. Não haverá aprovação então. E também o que determinamos é que a ICANN deve considerar esse processo exaustivamente e envolver o GAC bem no começo.

No rascunho de recomendação que distribuí incluí alguns elementos. Basicamente que poderia ser bons para esse processo para conduzir uma análise das experiências passadas. Quais eram as regras no passado para o uso de nome de países, por exemplo .info, .biz, e antes de 2000 e outros gTLDs pós-2012 porque havia regras sobre códigos de países. E seria muito bom passar por essas experiências de novo, ver como foi o registro desses países e o uso do código de países em casos de má utilização e conflito com esses nomes de países. E seria muito bom ter um acesso também a adicionar registros e registrados que tenham essa categoria de TLDs, quais são os seus planos para autorização de nomes de país, quais as medidas que eles

estão planejando, e se acham ou não se poderá haver períodos gradativos para alocação ou leilões, etc.

E há alguns outros elementos incluídos no rascunho de recomendação e que agora poderemos incluir. Então, seria muito bom que a ICANN agora soubesse quais são as preocupações específicas dos membros do GAC sobre nomes de países, por que são importantes, se são por motivos políticos ou outros motivos relacionados, jurisdicionais, por exemplo. Também é importante destacar que a maioria dos países têm limitações enquanto à capacidade para lidar com esses processos complexos como esse aqui para implementar dois nomes diferentes. E talvez há países que devam consultar isso com dois ministérios diferentes, e isso pode demorar muito tempo.

Embora o GAC já tenha mais de 160 países, há países que ainda não são membros do GAC e não podemos proteger seus nomes de países. É uma consideração importante. Também podemos perguntar-nos o que significa essa revisão feita pelo GAC, o que significa isso para a ICANN? É uma condição que o GAC respeite os nomes de países. Também seria bom que considerasse um pouco se deve haver medidas diferentes dependendo do tipo de TLDs, TLDs de marca, se também precisam de políticas restritivas quanto ao uso de nomes de países. Sabem que os países agora estão reservados em seis idiomas diferentes. Então,

devemos pensar se realmente é igualmente relevante reservar todos os nomes em todas essas línguas abaixo de qualquer TLD. É esse tipo de coisa na qual temos que pensar e que estou antecipando.

O seguinte slide é um pouco o que eu já mencionei. Aqui já estamos concluindo. Vocês querem fazer uma recomendação sobre essas questões? Vocês acham que diferentes TLDs necessitam de diferentes métricas? Eu acho que usei todo o tempo, desculpem-me. Talvez seja a hora de iniciar o debate. Vocês também podem enviar um e-mail para a lista para expressar suas perspectivas e no decorrer da semana vamos tentar encontrar respostas para isso. Peço desculpas por estourar o tempo.

Sim, muito brevemente. Não sei se a ICANN pode responder as perguntas que eu formulei. Obrigada.

KRISTA PAPAC:

Meu nome é Krista Papac, sou membra da equipe de divisão global de domínios. Eu tenho uma primeira pergunta, Gemma. Se um registro tem como exigência utilizar os nomes de domínios se eles já estão registrados, então se um nome de dois caracteres que o restante já está utilizando como nome de domínio, se isso é correto? Então, não há requisitos para o contrato com eles, se vai utilizá-lo ou não, essa é a outra

pergunta, se os operadores de registros tem políticas de registros se eles devem publicá-las para que seja mais fácil de procurar, e se as políticas de registro e as escolhas de operadores de registro também têm algum tipo de requisito sempre que não entre em conflito com outros termos do contrato? Então, devemos ver quais são os requisitos para tudo isso. Essa é a primeira pergunta.

FALANTE NÃO

IDENTIFICADO:

Quanto à segunda pergunta que você fez, se um registro ou um registrador pedem um preço mais alto por alguns desses rótulos de dois caracteres. A minha resposta é que os preços são fixados pelos registros e o registrador segue essa política. Isso não está no contrato, qual deve ser ou não ser o preço, mas há um requisito se o contrato tem um acordo de registro que tem um requisito que se o preço deve ser alterado em algum momento esse período de renovação vai ser afetado. Então, deverá haver um período prévio de notificação para os (requisitadores) [00:39:34] sobre essa alteração nos preços. Então, os registros vão de um ano para 10 anos, então se você estiver comprando os nomes de domínio pode registrá-los por um ano ou de um ano até 10 anos.

GEMA CAMPILLOS: Não sei se temos tempo para continuar com as deliberações. Então, peço a todos os que tiverem algum comentário que o façam pela lista.

THOMAS SCHNEIDER: Não, acho que ficam alguns minutinhos, podemos tomar comentários e minutos do pessoal da sala.

GEMA CAMPILLOS: Não sei quem que levantou primeiro a mão. Vejo Dinamarca, Irã e Holanda.

IRÃ: O que você quiser, se tivemos tempo vai depender de você. Posso continuar falando?

GEMA CAMPILLOS: Desculpe, Kavouss, não estava prestando atenção. Pode repetir?

IRÃ: Bem, vamos fazê-lo bem breve. Em primeiro lugar muito obrigado por essa apresentação tão completa que realmente mostra a grande quantidade de trabalho que tem levado. Muito obrigado por esse trabalho.

Você colocou uma pergunta importante. Temos assessoria ou temos que oferecer assessoria? Temos que considerar, então, uma assessoria geral da ICANN. Não avançar até tivermos um

estudo completo por exemplo. Esse é um tema bem sensível e vou dar um exemplo. Uma ameaça de um TLD que seria delegado e que não foi, mas utiliza então no segundo nível o nome do TLD do país. Então, o que fazemos? Porque ainda não estudamos qual pode ser essa situação. Há muitas perguntas que surgem, é muito sensível. Há tantas perguntas que ainda não foram respondidas e que a senhora colocou. Acho que temos, então, que considerar se vamos dar assessoria geral dizendo: “por favor, não deleguem nada até acabarmos com o estudo”.

ESPAÑA: Tem a palavra a Dinamarca. Primeiro a Dinamarca, depois Finn, e depois o senhor Thomas.

DINAMARCA: Muito obrigada por sua apresentação que foi muito completa e detalhada. Da nossa perspectiva nós permitimos que durante todos esses anos que os códigos de países e caracteres se registrassem sem inconvenientes. Nós permitimos isso antes de .dk, e eu entendi que não houve problema ou confusão por parte dos usuários. Não pensamos que teríamos problema com .dk, ou seja, com o código Dinamarca no segundo nível.

A minha observação é a seguinte, existem dificuldades para ver o problema. Da nossa parte nós entendemos que há alguns países

que poderiam prever um problema. Na nossa experiência não houve inconveniente. Eu estava prestando muita atenção a sua apresentação, foi muito detalhada, não sei se realmente entendi todos os passos em detalhe para o tema de regular presos, fazer uma aplicação em fases. Temos que considerar todos esses detalhes, temos que fazer consultas com outras partes interessadas antes de podermos dar o nosso ponto de vista. Devemos ter tempo para discutir isso.

Seríamos reticentes, então, a oferecer esse tipo de assessoria e caso demos assessoria é importante que seja assessoria de um grande grupo de países, muitos países mas não de todo o GAC. Muito obrigado.

ESPAÑA: Obrigado, Finn. Tem a palavra Thomas da Holanda.

HOLANDA: Muito obrigado, Gema. Foi muito completa a sua apresentação. Limitou o problema para nós e nos deu algumas opções. Temos algumas preocupações com relação a sua proposta, que são três. Em primeiro lugar questionamos o tema da possibilidade de confusão. Não vimos inconveniente, como disse a Dinamarca, com o ponto .nl que foi utilizado em muitos TLDs e não advertimos nenhum inconveniente. Depois é claro que temos que reconhecer que o ccTLD é muito representativo no primeiro

nível e talvez no segundo não seja tão significativo. Em outras cadeias de caracteres como car ou wash, ou outras qualquer, têm importância como domínio de segundo nível. Na Holanda temos muitíssimos exemplos, mas é um convívio sem problemas entre domínios de segundo nível, como por exemplo de.nl, que também é uma empresa de café, e é o código de país da Alemanha. Mas, não confunde Holanda embora possa parecer que trará confusão.

Em segundo lugar devemos dar um significado adequado ao que é a possibilidade de confusão para não dizer em termos gerais que evitado o uso de todo código de país do segundo nível. Acho que isso não é adequado. Também a proposta de trabalhar em fases para ver primeiro os domínios de segundo nível dos governos e depois os proprietários das marcas comerciais. No caso das marcas comerciais temos dois dígitos. Então, como já disse, temos BT, Volkswagen, VA, Hewlett-Packard, HP. Então, por que os governos e ccTLDs teriam prioridades sobre os detentores de marcas comerciais?

E o terceiro tem a ver com a metodologia. Está apresentando um novo conceito, que os governos e domínios de segundo nível tenham certo prazo para registrar nomes. Isso significa que há uma carga administrativa para os governos que se deve considerar. Então, teríamos que analisar o tema dessa carga, o

trabalho, e reagir diante do governo em um prazo leve para fazer essa modificação.

Então, não somos todos os países do mundo como representantes do GAC que vão estar a par disso, mas outros governos não, e vai se perder a oportunidade. Então, acho que isso não é justo ou equitativo. Há muitas coisas e devemos entrar nos pormenores, há muitas complexidades que não podemos abranger ou envolver nesse momento.

ESPAÑA:

Obrigado, Thomas. Passo a palavra à Índia.

ÍNDIA:

Obrigado por essa apresentação com tanta informação. Quero dizer que realmente avaliamos essa estratégia de mitigação como forma de avançar que poderia acontecer se eu aplicar essas medidas de mitigação. Talvez encontrássemos uma solução, mas talvez não. Mas, o que aconteceria se não encontrássemos essa solução? Como avançaríamos se os temas em conflito não são resolvidos de maneira amigável? O governo vai ter a última palavra?

E para a Índia nós temos o nosso domínio de primeiro nível como .in e também temos o domínio .ln, que seria uma letra L minúscula que é muito parecido com .in. Então, temos que colocar esse tema e não vamos poder ter uma resolução

satisfatória. Pensamos que os governos devem ter a última palavra.

ESPAÑA: Posso aceitar duas intervenções a mais. Decidam quem é que vai falar. Austrália, Reino Unido e acho que mais ninguém.

AUTRÁLIA: Obrigado. Acho que é importante lembrar que há outros usos para as letras que constituem os códigos de país. Podem ser acrônimos, marcas comerciais. Acho que devemos prestar atenção ao princípio de convivência no lugar de fazemos uma proibição geral, abrangente, ou que os governos tenham os primeiros direitos, temos que ver como utilizá-los.

ESPAÑA: Obrigado por ser breve. Reino Unido.

REINO UNIDO: Vou ser breve também. Eu me solidarizo com as preocupações apresentadas pela Dinamarca e pela Holanda em particular. Acho que esse vai ser um passo importante para o GAC para que os governos de forma individual possam levar adiante esse regime de preferências caso se institua dessa maneira.

Também sou consciente de que uma dúvida que possa haver com relação às premissas iniciais. Eu acho que a Dinamarca

apontou isso com base na sua experiência. Mas, a minha experiência me indica que não temos conhecimento de que se tenha feito nenhuma representação diante do governo do Reino Unido do ponto de vista de que haja confusão nos domínios.

Talvez a abordagem da Austrália seja muito eficiente do ponto de vista dos recursos. Analisamos que problemas surgiram para alguns governos e se houvesse algumas insuficiências para ver se podemos resolvê-las e vemos como é o âmbito atual para uma medida corretiva e processos de resolução. Talvez essa seja uma maneira de avançarmos. Obrigado pelo seu trabalho, valorizo muito o seu esforço.

THOMAS SCHNEIDER:

Obrigado, Gema e todos aqueles que fizeram intervenção. Os que não puderam expressar o seu comentário é claro que podem usar a lista de distribuição de e-mail. Temos uma sessão relacionada que trata de algo similar, talvez ali vocês possam continuar conversando a esse respeito. Apesar de ser uma sessão de apenas 30 minutos temos um texto proposto para rascunho sobre a assessoria que podemos realizar e discutir, fazê-lo de maneira eletrônica para depois acordar na quinta-feira. Peço que revejam e tentemos ser eficientes.

Com um pouco de demora temos outra sessão que é nova. Como podem ver na reunião B também se colocou a intenção de tentar

a ajudar a difusão externa e o desenvolvimento de capacidades para aquelas pessoas novas na organização que não seguiram de perto esse processo. Então, por primeira vez temos uma sessão de desenvolvimento de capacidades que é dirigida pelo grupo de trabalho sobre as regiões menos favorecidas. E eles vão dirigir essa sessão e vão explicar como trabalha o GAC e outros detalhes. Então, peço a todos os responsáveis que se aproximem para conduzir essa sessão.